



Estado do Rio Grande do Sul

Câmara Municipal de Vereadores de Redentora

CNPJ 94.726.825/0001-31



PROJETO DE LEI Nº 007/2024

FIXA O SUBSIDIO DO PREFEITO MUNICIPAL, DO VICE PREFEITO PARA O EXERCICIO DE 2025 / 2028 E DA OUTRAS PROVIDENCIAS.

LEANDRO G. FERREIRA DE LIMA, Vereador Presidente da Câmara de Vereadores de Redentora, Estado do Rio Grande do Sul, no uso de suas atribuições legais.

FAZ SABER que a Câmara de Vereadores aprovou e Eu sanciono e Promulgo a seguinte Lei:

LEI

Art. 1º O Prefeito e o Vice – Prefeito perceberão subsídios mensais nos termos desta Lei, a partir de 1º de janeiro de 2025.

Art. 2º O Prefeito Municipal perceberá um subsídio mensal no valor de R\$. 19.000,00 (dezenove mil reais).

Art. 3º O Subsídio do Vice – Prefeito atenderá os seguintes critérios:

I- Caso assuma responsabilidade administrativa permanente inclusive o cargo de Secretário Municipal seu subsídio corresponderá a 50% (cinquenta por cento) do subsídio fixado para o Prefeito Municipal;

II- Não exercendo atividade administrativa permanente junto a administração, seu subsídio corresponderá a 50% (cinquenta por cento) do subsídio fixado para o Prefeito Municipal;

Art. 4º Os valores estabelecidos nos artigos anteriores e seus incisos serão reajustados anualmente nas mesmas datas e nos mesmos índices em que foram reajustados os vencimentos dos servidores municipais.

Art. 5º Ao ensejo do gozo de férias anuais o Prefeito Municipal perceberá o subsídio acrescidos de 1/3 (um terço).

§ 1º - O Vice Prefeito terá a mesma vantagem se tiver atividade permanente na administração.

§ 2º - O gozo das férias correspondente ao último ano de mandato, poderá ser antecipado para o segundo semestre daquele exercício.



Estado do Rio Grande do Sul

Câmara Municipal de Vereadores de Redentora

CNPJ 94.726.825/0001-31



§ 3º - O Prefeito Municipal e o Vice – Prefeito no mês de dezembro além do subsídio mensal, perceberão na forma e datas em que for paga a gratificação natalina dos servidores municipais, valor correspondente a um subsídio vigente no mês de dezembro.

Art. 6º Em licença por motivo de saúde, o Prefeito perceberá integralmente o seu subsídio, devendo o Poder Público se necessário fazer a complementação do benefício previdenciário a que tem direito.

Art. 7º As despesas decorrentes desta Lei serão atendidas por dotação orçamentárias próprias do Poder Executivo.

Art. 8º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos legais a contar de 1º de janeiro de 2025.

Art. 9º Revogam-se as disposições em contrário, inclusive a Lei Municipal nº 2560/2020.

PLENÁRIO ENELIO COSSETIN, 04 de junho de 2024.


Vereador Leandro G. Ferreira de Lima
Presidente





Estado do Rio Grande do Sul
Câmara Municipal de Vereadores de Redentora
CNPJ 94.726.825/0001-31



JUSTIFICATIVA


Senhor Presidente
Senhores Vereadores

Honra-nos cumprimentar cordialmente Vossa Excelência, em nome do Poder Legislativo, oportunidade em que pelo presente apresentamos o presente Projeto de Lei para discussão do colendo Plenário.

A presente matéria traz novamente a discussão o subsídio do Prefeito e Vice Prefeito para o mandato de 2025/2028, para vigorar a partir de 1º de janeiro de 2025. O assunto já mencionado pela Emenda constitucional nº 19/98, no que diz respeito ao Art. 29 inciso V e VI e Art. 37 XI, 150 II, 153 § 2º inciso 1º da Carta Magna.

A Emenda nº 25/00 novamente alterou o inciso 6º do Art. 29, introduzindo o Art. 29-A da Constituição Federal, que restaurou o princípio da anterioridade na fixação dos subsídios antes eliminados pela Emenda 19/98 voltando também a fixação dos subsídios do Prefeito e do Vice Prefeito a ser de exclusiva competência da Câmara de Vereadores.

Sendo assim, apresentamos o presente Projeto de Lei para discussões e deliberação.


Vereador Leandro G. Ferreira de Lima
Presidente